

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/05/2023 | Edição: 94 | Seção: 1 | Página: 68

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria do Patrimônio da União/Superintendência em Santa Catarina

PORTARIA SPU/SC-SPU-MGI Nº 1.808, DE 26 DE ABRIL DE 2023

SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, do MINISTÉRIO DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, nomeado mediante PORTARIA de Pessoal SPU/ME nº10.881, de 22 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 182, Seção 2, de 23 de setembro de 2022, página 14, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 5º, inciso XI, da Portaria nº SPU/ME 8.678, de 30 de setembro de 2022, c/c o art. 44, Anexo da Portaria ME nº 335, de 02 de outubro de 2020 tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015 e, em conformidade com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, bem como os elementos que integram Processo nº 10154.141805/2022-26, resolve:

Art. 1º. Autorizar o Município de Itapoá / SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº **.40.303/0001-**, a executar obra de "Abertura, fixação e dragagem da barra do Rio Sai-Mirim, por meio da implantação de dois molhes (Norte e Sul) que terão a finalidade de manter um canal navegável cuja cota de fundo seja em média de 2,5 metros. A distância entre os molhes será de aproximadamente 40 metros, tendo calha navegável com no mínimo 18 metros de largura na região da Foz do Rio Sai-Mirim, conforme licença ambiental prévia com dispensa de licença ambiental de nº 6232/2022, perfazendo uma área de abrangência de 11. 047,55 m², conforme laudo técnico de caracterização geoespacial;

Art. 2º O ônus da referida obra será de responsabilidade do município de Itapoá.

Art. 3º. A execução da obra e a sua manutenção estão condicionadas à garantia de livre e franco acesso a praia e aos corpos d'água, e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovação de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à regularidade da obra.

Art. 4º. O município de Itapoá deverá apresentar o projeto básico / executivo da obra e ART (*na situação do responsável não ser servidor público do município) no prazo de até 30 dias após a publicação no diário oficial da união desta portaria.

Art. 5º. Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, devendo ser observado, especialmente, o disposto nos arts. 7º, 8º e 9º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação e áreas de Preservação Permanente e o disposto no o Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira;

Art. 6º. A autorização de obra a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando obrigação à União quanto à indenizações de quaisquer espécies de benfeitorias realizadas sendo um ato precário, revogável a qualquer tempo;

Art. 7º. O município de Itapoá responderá, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer demandas decorrentes da realização das obras, construção de benfeitorias e instalação de equipamentos de que trata esta Portaria;

Art. 8º. O município de Itapoá será responsável pela manutenção preventiva e corretiva das estruturas construídas e equipamentos instalados com base na autorização ora concedida;

Art. 9º. A responsabilidade pela demolição da obra será do município de Itapoá em qualquer hipótese bem como eventuais necessidades de adequação quando, entre as hipóteses previstas estiverem os riscos à segurança das pessoas e do meio ambiente e a perda da finalidade social da obra, nos termos



desta Portaria autorizativa;

Art. 10. O município de Itapoá deverá providenciar a renovação da licença ambiental, antes mesmo do seu vencimento, sob pena sob de aplicação de sanções previstas no Decreto Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;

Art. 11. A SPU/SC realizará, a qualquer tempo, fiscalização no local objeto da autorização, objetivando verificar o efetivo cumprimento das obrigações e condições impostas nesta Portaria, bem como de outros compromissos e encargos que estejam condicionados nos autos do processo em epígrafe podendo haver a aplicação de multas e responsabilidade criminal caso uma vez interrompida a obra, esta venha trazer danos não passíveis de reversão ao meio ambiente;

Art. 12. É fixado o prazo de 36 meses, a contar da publicação deste ato, para que o município de Itapoá execute e conclua as obras referidas no arts. 1º, podendo, a juízo e a critério da conveniência da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, ser prorrogado por igual e único período.

Art. 13. Durante o período de execução de obras a que se refere o art. 1º, fica o município de Itapoá obrigado a fixar na área em que será realizada a obra e em local visível ao público, 1 (uma) placa com os seguintes dizeres: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO EM SANTA CATARINA, NA Portaria SPU/SC-SPU-MGI Nº 1.808 DE 26 DE ABRIL DE 2023.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO LUIZ PINZETTA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

